



JOURNAL OF
GLOBAL STUDIES

ISSN 1518-1219

<http://www.meridiano47.info>

André Reis da Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
Departamento de Economia e Relações
Internacionais, Porto Alegre – RS, Brazil
(reisdasilva@hotmail.com)

 ORCID ID:
orcid.org/0000-0003-2593-1189

Gabriela Dorneles Ferreira da Costa

Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
Departamento de Economia e Relações
Internacionais, Porto Alegre — RS, Brazil
(gabrielaferreiradacosta@gmail.com)

 ORCID ID:
orcid.org/0000-0002-1967-1467

Copyright:

- This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.
- Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.



A busca de autonomia nas políticas externas da Argentina e do Brasil (2003-2015)

The quest for autonomy in Argentine and Brazilian Foreign Policies (2003-2015)

DOI: <http://dx.doi.org/10.20889/M47e19017>

Resumo

O trabalho trata das estratégias de inserção internacional da Argentina e do Brasil no período de 2003 a 2015. O objetivo do estudo foi identificar semelhanças e diferenças entre as políticas externas da Argentina e do Brasil para a obtenção de maior grau de autonomia no período de governo do Kirchnerismo e do Partido dos Trabalhadores. Para tanto, foi adotado como método de procedimento a Análise de Política Externa Comparada, utilizando as seguintes variáveis: relacionamento com os Estados Unidos da América; relações regionais; e atuação global.

Abstract

The article deals with the strategies of international insertion of Argentina and Brazil in the period from 2003 to 2015. The study aims to identify similarities and differences between Argentina's and Brazil's foreign policies in order to obtain a greater degree of autonomy during the Kirchner's and the Workers' Party administrations. For this purpose, the method selected was the Comparative Foreign Policy Analysis. The variables used in the analysis were the following: relationship with the United States of America; regional relations; and global action.

Palavras-chave: Política Externa Comparada; Argentina; Brasil; Kirchnerismo; Partido dos Trabalhadores.

Keywords: Comparative Foreign Policy; Argentina; Brazil; Kirchnerism; Workers' Party.

Recebido em 30 de maio de 2018
Aprovado em 28 de agosto de 2018

Introdução

A partir da presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), e Néstor Carlos Kirchner, do Partido Justicialista (PJ), Argentina e Brasil adotaram uma estratégia de inserção internacional que prezava por maior margem de manobra na arena internacional a fim de que conseguissem mais espaço para a execução dos seus projetos particulares de desenvolvimento nacional. Os governos do PT (2003-2016) e do

Kirchnerismo (2003-2015) introduziram uma nova leitura do Sistema Internacional e novas percepções acerca das condições necessárias para a execução de um projeto de desenvolvimento nacional. Haja vista esse contexto, o presente trabalho se propõe a identificar semelhanças e diferenças entre as estratégias de busca de autonomia nas políticas externas de Argentina e de Brasil no ínterim de 2003 a 2015.

Argentina e Brasil tiveram processos de colonização, independência e construção nacional, que condicionaram suas respectivas capacidades estatais e seu potencial de projeção internacional, distintos. Do ponto de vista econômico, enquanto o Brasil se encontra entre as 10 maiores economias mundiais, a Argentina oscila, conforme o ano, ao redor da 20ª colocação no ranking. Além disso, o Brasil mantém matriz produtiva mais diversificada do que a Argentina, que não experimentou processo de industrialização via substituição de importações na mesma dimensão que o processo brasileiro. Para além dessas questões de estrutura econômica, o desenvolvimento histórico dos movimentos políticos e sociais de cada um dos países fizeram com que a própria organização do Estado ocorresse de maneira distinta entre eles, o que se reflete hodiernamente em estruturas e dinâmicas governamentais diferenciadas. No que interessa ao presente trabalho, observam-se diferenças no processo decisório tocante à política exterior que se traduzem em discrepâncias no grau de continuidade da política exterior entre os dois países.

Ainda assim, seja por condições materiais, seja por aspectos históricos, a relevância de Argentina e Brasil para as dinâmicas da América do Sul é incontestável. Se, por um lado, o estudo desses dois países não constitui condição suficiente para a compreensão do regionalismo sul-americano; por outro, faz-se condição necessária para tanto. Argentina e Brasil são as duas maiores economias da América do Sul. São também os dois maiores países em termos territoriais, ocupando aproximadamente 60% da superfície total do continente sul-americano. As dimensões desses dois países também são perceptíveis na questão populacional, na medida em que concentravam, em conjunto, cerca de 65% da população total da América do Sul em 2016.

A fim de operacionalizar a comparação, a Política Comparada prescreve a identificação e a descrição das variáveis principais envolvidas no problema central (Lijphart 1971). Assim, foram selecionadas variáveis que serão utilizadas no decorrer do estudo como categorias de análise para apontar semelhanças e diferenças entre as estratégias de busca de autonomia de Argentina e de Brasil. Nessa pesquisa, a variável independente é o fato de o Kirchnerismo e o Partido dos Trabalhadores terem inaugurado uma matriz de política externa que significou uma nova forma de busca de autonomia. A variável dependente para a estratégia de busca de autonomia é a forma como Argentina e Brasil perceberam e trabalharam suas relações com os Estados Unidos da América (EUA). Já as principais variáveis intervenientes são as outras dimensões da política externa as quais foram instrumentalizadas no sentido de redução de dependências: a atuação do país na sua região, sua atuação extrarregional e em espaços multilaterais. Entretanto, essa pesquisa reconhece a dificuldade de realizar uma separação nítidas ordens das variáveis, o que possibilita umasobredeterminação (*overdetermination*) de variáveis que podem se reforçar e se excluir eventualmente (Hudson e Vore, 1995).

As relações com os Estados Unidos

A relação da Argentina com os Estados Unidos deve ser compreendida dentro da estrutura triangular da política exterior argentina (PEA) pós redemocratização (Simonoff2017). Desde então, a PEA é trabalhada numa triangulação Buenos Aires-Washington-Brasília, de modo que as relações tanto com Brasil quanto com EUA têm sido marcadas por um aspecto cooperativo, mas num processo pendular (Simonoff 2017). Ao longo dos anos 1990, os EUA constituíram o vértice núcleo (principal) do triângulo escaleno das relações exteriores argentinas, tendo o Brasil desempenhado o papel de vértice auxiliar (secundário). Dada a percepção acerca de autonomia do governo Menem, vinculada ao pensamento de Carlos Escudé, a relação da Argentina com os EUA era pensada em termos de custo-benefício econômico, no qual uma postura de oposição aos EUA geraria custos que os benefícios não compensariam. Dessa forma, a Argentina conquistaria benefícios a custos mais baixos ao optar por uma estratégia de inserção internacional afinada com os interesses estadunidenses (Russell eTokatlian 2002).

Com a ascensão do Kirchnerismo, houve uma inversão desses vértices, cabendo à Brasília o papel principal e à Washington o papel secundário (Busso, Actis eNovello2017). Isso não significava um rompimento com os EUA, mas sim a reestruturação das prioridades da PEA. Dentro desse marco, as relações entre Argentina e EUA foram marcadas por uma dinâmica de aproximação, crise e recomposição das relações ao longo do período de governo Kirchner (Busso, Actis e Novello 2017).

A política externa de Néstor Carlos Kirchner (2003-2007) pode ser dividida em dois momentos e assim também podem ser divididas as relações bilaterais entre Argentina e EUA. O primeiro desses momentos compreende o período de 2003 a 2005 e esteve vinculado aos esforços pela recuperação da economia argentina (Llenderrozas 2011). Essa recuperação era totalmente dependente de um processo de desendividamento, e a mediação de Washington foi fundamental para o entendimento entre Casa Rosada e credores (Granato e Allende 2011). No entanto, é importante destacar que, embora houvesse essa proximidade aos EUA, a tonalidade do discurso argentino já indicava um processo de reconfiguração da geometria da inserção internacional do país. As críticas à atuação unilateral estadunidense, a intensificação dos questionamentos a respeito da legitimidade de instituições e regimes internacionais (sobretudo no que se refere ao sistema financeiro) e elementos de exaltação da identidade latino-americana argentina já eram indicativos dessa mudança ainda nesse primeiro momento.

Já o segundo momento do relacionamento Argentina-EUA é marcado pela alteração substancial nos vértices da triangulação Buenos Aires-Washington-Brasília (Busso, Actis e Novello 2017). O marco dessa mudança foi a Cúpula das Américas de 2005, realizada em Mar del Plata, espaço no qual a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) foi sepultada por meio de articulação política entre os governantes da esquerda progressista ascendente na Onda Rosa (Hirst 2011). Esse foi o primeiro momento de tensão nas relações entre Argentina e EUA, mas não significou um rompimento, nem uma postura de enfrentamento generalizado. Antes, a confrontação nos discursos dos governos Kirchner foi limitada, focando em aspectos econômicos e dirigida majoritariamente às organizações e

regimes internacionais (Soares; Milani 2016). A partir daquele momento, foi estabelecido um diálogo de baixa intensidade, trabalhando temas pontuais que permaneceram comuns nas suas respectivas agendas (Busso, Actis e Novello 2017).

Durante o governo de Cristina Fernández de Kirchner (2007-2015) houve a continuidade da matriz de inserção internacional construída ao longo do governo de Néstor. Assim, os primeiros anos de governo de Cristina foram caracterizados pela manutenção do afastamento em relação aos EUA. A recomposição das relações, conforme o ciclo “tentativa de aproximação- crise-recomposição”, foi acontecer entre 2009 e 2010 (Busso 2014). Nessa época, Hillary Clinton, então Secretária de Estado dos EUA, visitou a Argentina, emitindo sinal de simpatia por uma reaproximação. No entanto, entre 2013 e 2014, Argentina e EUA enfrentaram novo período de crise nas relações bilaterais motivada por decisão da Suprema Corte dos EUA, a qual se opôs ao apelo argentino relativo à disputa com os Fundos Abutres (pequena parcela de credores que não aceitaram as condições de pagamento da dívida argentina renegociada anteriormente) (Busso 2016).

Respeitando a tradição diplomática brasileira, as relações com os Estados Unidos mantiveram-se cordiais no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Para Vigevani e Cepaluni (2007), “o critério que passou a reger as relações com os Estados Unidos a partir de 2003 foi o da não-exclusividade” (Vigevani e Cepaluni 2007: 306). A opção petista foi pela manutenção de relações próximas, mas num contexto paralelo de crescente diversificação das relações exteriores do Brasil. Hirst (2011) denomina esse novo período de “etapa afirmativa” da política externa brasileira em relação aos EUA.

O primeiro momento das relações entre Brasil e EUA durante o governo Lula da Silva foi de fundamentação do relacionamento, com Lula se apresentando como um dirigente de esquerda moderada e sedimentando uma maior confiança entre Washington e Brasília (Hirst 2011). Paralelamente, Lula já mostrava discordância em relação às ações estadunidenses no plano político-militar, intensificava o discurso diplomático de oposição à ALCA e se contrapunha à posição estadunidense na Organização Mundial do Comércio (OMC) (Pecequillo 2010). De acordo com Hirst (2011), ao buscar “traçar um caminho próprio de ação, o Brasil reforçou a defesa do multilateralismo para o tratamento de situações de crise de segurança e política internacional” e com isso a diplomacia brasileira “evitou o alinhamento à política de defesa dos Estados Unidos” (Hirst 2011: 162). Ainda no plano da segurança internacional, o Brasil demonstrou receio a respeito da atuação dos EUA na região sul-americana. A preferência brasileira foi pela defesa de resoluções para as mazelas e conflitos regionais pensadas em espaços internos à região e implementadas por atores locais. No âmbito comercial, a estratégia adotada por Lula da Silva para coibir negociações que não correspondessem aos interesses brasileiros foi a de cobrar termos mais “justos”, levando em conta não apenas as potencialidades, mas também as limitações particulares a cada Estado (Hirst 2011). Naturalmente, a iniciativa diplomática brasileira desagradou aos EUA, mas foi bem-sucedida em seu desafio de alinhar diferentes interesses dos países em desenvolvimento para pressionar por um acordo mais favorável a si.

O segundo momento das relações bilaterais veio com o fim das negociações sobre a ALCA em 2005. O sepultamento da iniciativa significou uma desobstrução da agenda bilateral e permitiu uma

intensificação do diálogo entre os dois países, dando origem ao Diálogo Estratégico (Hirst 2011). O estabelecimento de um Diálogo Estratégico representou o reconhecimento, por parte dos EUA, da relevância do Brasil para o cenário internacional no contexto de reconfiguração da Ordem. Já nos anos finais de governo Lula da Silva, em acordo com o padrão estadunidense de engajamento e contenção de potências médias, ocorreram episódios em que os EUA inicialmente apoiaram o posicionamento e engajamento brasileiro, mas, na sequência, passaram a discordar da posição brasileira e a constranger a atuação do país, prejudicando o diálogo entre os dois países (Pecequilo 2010). Exemplos desse padrão de comportamento estadunidense foram os casos do Golpe de Estado em Honduras (2009) e das negociações sobre o programa nuclear iraniano (2010).

Com a ascensão de Dilma Rousseff (2011-2016) houve tentativa de maior compatibilização das agendas com o intuito de intensificar as relações com os EUA. Essa investida representava um intento de “minimizar críticas internas à política externa, sem reenquadrar o país à órbita dos Estados Unidos” (Pecequilo 2014: 13). Com a escassez de resultados concretos para os esforços brasileiros por uma maior aproximação, ocorreu um processo de estagnação do avanço dessas relações. Quando, em setembro de 2013, vieram à tona denúncias de espionagem eletrônica por parte da *National Security Agency* (NSA) dos EUA, o processo de reaproximação foi interrompido e houve uma elevação do tom discursivo brasileiro em oposição a práticas unilaterais estadunidenses (Jesus 2014). Já entre o final do primeiro mandato de Dilma e o início de seu segundo mandato houve uma tentativa de recuperar a fase inicial das relações como forma de melhorar a opinião pública brasileira sobre a política externa petista. Contudo, o contexto de instabilidade doméstica não permitiu maiores avanços nesse sentido.

Em suma, o bom relacionamento com os EUA continuou sendo importante para as inserções internacionais da Argentina e do Brasil. Ainda assim, tanto Argentina quanto Brasil intensificaram suas críticas a posicionamentos estadunidenses, mas sem desconsiderar a relevância das agendas bilaterais com o país. Não obstante, os diferentes níveis de convergência na agenda bilateral e, por conseguinte, de intensidade nas relações com os EUA podem ser explicados pelos lugares diferentes ocupados por Argentina e Brasil no cenário geopolítico e geoeconômico. O Brasil, enquanto potência média e liderança regional, teve que matizar seus posicionamentos em virtude da dinâmica de contenção e engajamento empregada pelos EUA. Já a Argentina, gozou de maior liberdade para contestações na medida em que não possuía responsabilidades de engajamento semelhantes às atribuídas pelos EUA ao Brasil.

O papel do espaço regional

Um dos eixos centrais da nova estratégia de busca de autonomia de ambos os países foi o regionalismo. No caso argentino, a América Latina foi o marco referencial da política externa a partir do governo de Néstor Kirchner, conforme a reconfiguração da geometria das relações exteriores do país (Busso 2014). Do ponto de vista premente, a aproximação aos países do entorno regional era percebida como uma potencial forma de recuperar a economia por meio do fortalecimento das

relações comerciais, além de ter o potencial de reverter o endividamento externo através do apoio político latino-americano às negociações argentinas em espaços multilaterais (Busso 2014). Para além da conjuntura de crise pós 2001, o maior vínculo com a região poderia favorecer a composição de um apoio regional em questões substanciais específicas do país, como o caso da demanda pela autoridade sobre as Ilhas Malvinas por exemplo (Paikin 2012).

O componente latino-americano da política externa do Kirchnerismo ganhou notoriedade a partir de 2005 (Llenderozas 2011). Néstor Kirchner estabeleceu como eixo central de sua política externa para a região o fortalecimento do Mercosul. Néstor acreditava que somente após este processo se deveria partir para projetos de integração mais extensivos (Bernal-Meza 2008). Por conta disso, Milani (2016) fala em uma discordância geográfica entre os projetos regionais de Argentina e Brasil, o qual defendia um projeto que abrangesse toda a América do Sul. Contudo, ao final do mandato de Néstor Kirchner estas divergências pareciam subtraídas. Naquele momento, as negociações a respeito da proposta brasileira para a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) passaram a incorporar as percepções argentinas e venezuelanas permitindo o avanço da iniciativa (Milani 2016). A concertação culminou com a fundação da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) em 2008, já no governo de Cristina Kirchner. A aceitação argentina do projeto (inicialmente contestado) fica evidente no fato de Néstor Kirchner ter assumido a Secretaria Geral da instituição quando da criação do cargo em 2010. No âmbito do Mercosul, as novas visões do governo Kirchner contribuíram para uma ressignificação do bloco, com destaque para o fortalecimento dos caracteres político e social da organização e para a inclusão de temas econômico caros à política interna argentina (Vadell 2006).

No quadro de continuidade da prioridade latino-americana da PEA, durante o governo de Cristina Kirchner, o aspecto central foi o estabelecimento de maior concertação entre os países da região para lidar com as crises iniciadas em 2008, especialmente a econômica internacional. Alguns eixos de ação da Argentina no contexto de crises regionais foram a defesa da democracia e da resolução pacífica de conflitos através de mecanismos intrarregionais (Busso 2014). Essa orientação pode ser vista em situações como a crise política da Bolívia, em 2008, e do Paraguai, em 2012, nas quais a Unasul e o Mercosul atuaram encorajando a recuperação da estabilidade institucional desses países. Essa opção pela concertação regional para a superação das crises estava vinculada à noção de que os problemas internos ao continente deveriam ser solucionados com a mínima interferência de atores extrarregionais.

O Brasil, assim como a Argentina, atribuiu grande importância à região. Em seu discurso de posse, Lula da Silva (2003) afirmou que a grande prioridade de sua política externa seria “a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social”. Esse é o momento de consolidação do espaço geográfico sul-americano enquanto preferência brasileira, em detrimento do espaço latino-americano defendido por Venezuela e do espaço *conosureño* defendido por Argentina.

Uma percepção orientadora da atuação do Brasil na América do Sul durante os governos do PT foi a de que o Sistema Internacional se encaminhava para uma Ordem multipolar. De acordo com Cervo (2008), o papel da América do Sul na política exterior de Lula da Silva foi, justamente, o de

contribuir para a configuração de um mundo multipolar. Durante os governos do PT a estratégia de busca de autonomia do Brasil foi baseada na diversificação de parcerias para uma inserção internacional mais complexa condizente com a multipolaridade em ascensão. Desse modo, a América do Sul era apenas uma dimensão da rede de relações que o Brasil construía. De acordo com Soares e Milani (2016: 223), “no governo de Lula a cooperação regional foi inserida em uma concepção universalista da Política Exterior”, diferentemente da Argentina que contava com a integração regional como o principal elemento de sua busca de autonomia dada sua necessidade de maior acúmulo de poder para uma inserção autônoma (Soares e Milani 2016).

O Brasil atuou em duas frentes principais: a reestruturação do Mercosul e a criação da Unasul. No caso do Mercosul, Lula da Silva esperava que o bloco funcionasse como uma barreira defensiva contra as pressões comerciais dos países desenvolvidos, o que significava uma politização do Mercosul (Vegevani e Cepaluni 2007). De fato, Lula da Silva (2003), em seu discurso de posse, descreveu o Mercosul como um projeto essencialmente político cujo alicerce sobre o qual estava assentado era o aspecto econômico-comercial. O resultado desse processo, que contava com o apoio argentino, foi a repolitização do Mercosul (Dabène 2012). No entanto, isso não representou o aprofundamento do processo de integração percebido como aumento do compromisso supranacional. Já a Unasul foi a iniciativa brasileira que atribuiu maior densidade ao conceito de América do Sul defendido pelo país (Cervo 2008). O objetivo da Unasul foi criar um espaço de concertação entre os países da região no qual eles pudessem pensar as próprias mazelas, adensando “capacidades propositivas próprias”, sem a interferência de potências extrarregionais, mas não significando necessariamente uma oposição a estas (Vigevani e Ramanzini Júnior 2014: 353). Também foi objetivo da Unasul criar maior confiança entre os Estados da região. A criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), proposta pelo Brasil, é exemplo desse propósito.

Além disso, sob a lógica do paradigma do Estado Logístico¹, o Brasil buscou “formar empresas fortes para competir em escala global, com apoio logístico do Estado e financeiro de instituições nacionais, como o BNDES e o Banco do Brasil” (Cervo e Bueno 2011: 545). Esse processo de fortalecimento incluía a internacionalização de empresas brasileiras e a América do Sul foi escolhida como a “plataforma de expansão dos negócios brasileiros de maneira a alavancar o processo de internacionalização para fora da economia nacional” (Cervo 2008: 201). A presença de empresas e produtos brasileiros na América do Sul cresceu significativamente.

No governo Dilma Rousseff, a América do Sul continuou a ser destacada como espaço prioritário para a política externa brasileira. No entanto, durante o primeiro mandato de Rousseff, domesticamente “as posições que vinculam autonomia com integração regional não se fortaleceram do ponto de vista

1 O paradigma do Estado Logístico é um paradigma de atuação do Estado reflexo das ideias norteadoras do projeto do bloco no poder a partir da virada do milênio e que tem como eixo central a noção de que o Estado deve ser o indutor do desenvolvimento, mas sem o Estado exercer o papel de “empresário”. O papel do governo deveria ser o de prover as condições, criar incentivos e auxiliar o setor privado nas suas “responsabilidades empreendedoras” (CERVO; BUENO, 2011, p. 489). A conduta do PT de aceitação de composição política heterogênea, de inclusão das elites econômicas no projeto de desenvolvimento, de arbitragem entre as frações da burguesia e de negociação positiva com os grupos de interesse doméstico condiz com essa transferência à sociedade do compromisso de empreendimento.

de suas bases de sustentação política e material” (Vigevani e Aragusuku 2015: 144). Nesse período, houve uma retração do perfil de pró-atividade do Brasil que teve como consequência a redução dos esforços brasileiro de articulação política regional. Com isso, mesmo mantendo a prioridade da América do Sul na sua política externa, o Brasil deixou de ser “ator estruturador das instituições regionais e definidor de agendas” (Saraiva e Gomes 2016: 90).

A partir da metade final do primeiro mandato também houve forte redução dos investimentos brasileiros na região. Essa redução está vinculada aos escândalos de corrupção que atingiram as grandes empresas brasileiras exportadoras e investidoras regionais. O processo de incentivo à internacionalização de empresas nacionais passou a ser questionado com os desdobramentos da Operação Lava-Jato e as críticas a respeito da atuação do BNDES (Saraiva e Gomes 2016: 91). Ainda assim, a retração no perfil de atuação brasileiro durante o governo Rousseff não comprometeu o padrão de relacionamento do Brasil com a região.

Com isso, é possível observar que a Argentina buscava a integração regional como mecanismo de acúmulo de poder para a aquisição de maior grau de margem de manobra de forma conjunta aos demais países da região. Já o Brasil necessitava da intensificação das relações regionais como instrumento de (i) garantia da estabilidade no seu entorno estratégico; (ii) exposição internacional da capacidade mediadora e conciliatória do Brasil; e (iii) alavancagem de uma colocação econômica internacional mais robusta. Além disso, buscava essa construção de América do Sul como instrumento de fortificação da multipolaridade ascendente defendida pelo Brasil. Tudo isso tendo em vista uma inserção internacional sólida enquanto país emergente. Para o Brasil, os projetos de integração sul-americana eram um complemento à estratégia de diversificação de parcerias sustentada pelas relações Sul-Sul.

A atuação global: expansão das relações Sul-Sul e novas ênfases nos espaços multilaterais

No período de governo dos Kirchner, as relações com os espaços do Sul, que haviam sido preteridas pela política exterior neoliberal, receberam maior atenção na agenda externa argentina (Morasso 2016). Houve, nos espaços multilaterais, uma invocação da Cooperação Sul-Sul como um espaço potencial para novas formas de desenvolvimento e autonomia (Lechini 2009). Conforme Simonoff (2017), a Argentina no pós crise de 2001 privilegiou dois planos em sua atuação internacional, o plano geográfico das relações com o Sul global e o plano conceitual do multilateralismo e da defesa do Direito Internacional.

A atuação argentina na ONU é um exemplo disso. Neste espaço, o país enfatizava temas relativos à transformação da Ordem Internacional, pautando a reforma de instituições internacionais e fazendo críticas a configurações consideradas por ela obsoletas. A defesa do multilateralismo, de uma governança global mais democrática e da importância do estreitamento das relações entre países em desenvolvimento foram temas recorrentes da Argentina nos espaços multilaterais (Fernández de Kirchner 2008, 2009,

2010, 2011, 2012, 2013 e 2014). Além disso, o tema do terrorismo, no contexto pós 11 de setembro e considerando o histórico da Argentina em relação ao tema, também foi tópico contumaz nestes espaços. Assim como foi o tema da defesa dos Direitos Humanos, assunto prioritário na agenda doméstica argentina e que, dessa forma, reverberou na agenda internacional do país (Pignatta 2011).

A primeira década do século XXI apresentou panorama favorável ao incremento das relações entre os países em desenvolvimento, especialmente sob o aspecto comercial. Entre 2003 e 2011, percebe-se um processo de aprofundamento e de diversificação dos destinos das exportações argentinas em direção ao Sul (Simonoff 2017). Já sob a óptica das importações a diversificação foi menor, com destaque para o Mercosul, origem de um terço das importações argentinas, e para a China, que adentrou fortemente o mercado argentino (Simonoff 2017).

Nesse sentido, é importante avaliar o perfil da diversificação de parcerias da Argentina. China e Rússia foram os países com maior adensamento de relações no percurso argentino por intensificação das relações com parceiros não tradicionais. Entretanto, a assimetria das relações da Argentina com esses dois países coloca em dúvida o caráter Sul-Sul desse relacionamento. Miguez (2016) aponta o risco de uma reprimarização e do retorno ao extrativismo da produção argentina ao se considerar o padrão das transações comerciais estabelecidas com a China. No entanto, do ponto de vista político, China e Rússia foram fundamentais para a articulação argentina em espaços multilaterais. A aproximação política com a China foi evidente, principalmente, na convergência de interesses em espaços como o G-20 financeiro, o grupo G-77+China e a própria ONU (Miguez 2016). Já a Rússia estabeleceu suporte político mais direto, manifestando apoio à demanda argentina pela soberania sobre as Ilhas Malvinas e disponibilizando seu apoio nas negociações com os Fundos Abutres (Miguez 2016).

Ainda assim, a Argentina buscou se aproximar, através de cúpulas inter-regionais, de maior número de países africanos e asiáticos. As questões das Ilhas Malvinas e dos Fundos Abutres estiveram presentes em reuniões de alto nível com países da África e da Ásia tanto em espaços multilaterais quanto em espaços bilaterais. O reflexo destas aproximações pode ser mensurado pelo volume de acordos firmados com países da África Subsaariana que, só entre 2003 e 2015, representaram em torno de 46% do total dos acordos firmados entre o país e esta região em toda história (Morasso 2016).

Com isso, é possível identificar duas dinâmicas das relações da Argentina com países do Sul global durante os governos Kirchner. Em primeiro lugar, é perceptível que o comércio foi o pilar central, embora não tenha sido tópico único, da retomada do Sul à política externa argentina. A situação econômica a qual o país se encontrava quando Néstor Kirchner assumiu a presidência e a conjuntura internacional favorável à propagação de relações econômicas entre regiões em desenvolvimento são os elementos chaves para a compreensão do papel medular desempenhado por este aspecto comercial. Em segundo lugar, é manifesto que a aproximação da Argentina com outros países em desenvolvimento foi realizada, majoritariamente, em espaços multilaterais, respeitando à lógica da associação condicionada aos interesses setoriais e à prioridade atribuída pela Argentina às articulações regionais e inter-regionais.

No caso brasileiro, houve a primazia de uma leitura crítica das assimetrias interestatais que teve como resultante “a busca de parcerias estratégicas com países similares em todos os continentes

e uma reaproximação dos países subdesenvolvidos” (Silva 2015: 143). A essa visão sobre assimetrias está associada a leitura da conjuntura internacional, que foi considerada de difusão de poder num contexto de transição para uma Ordem Internacional Multipolar (Silva 2015; Vigevani e Cepaluni 2007). Sob essa óptica, foi implementada a estratégia de busca de autonomia pela diversificação, a qual significou uma mudança de ênfase em espaços multilaterais além do aumento de peso atribuído a relações bilaterais com parceiros não tradicionais (Vigevani e Cepaluni 2007). Por conta dessa opção estratégica, a defesa do multilateralismo e as iniciativas de intensificação das relações com países do Sul global foram destaques da política externa brasileira do período.

De acordo com Vizentini (2008), essa aproximação do Brasil com outras regiões representou o aproveitamento brasileiro das brechas deixadas pelo pós 11 de setembro. Nesse contexto, o país ocupou espaços importantes “para ampliar as exportações de bens e serviços e para expandir a ação das empresas brasileiras e a influência internacional do país” (Vizentini 2008: 112). Essa penetração econômica brasileira em outras regiões é condizente com o paradigma do Estado Logístico em vigor naquele período. Para Cervo e Bueno (2011), o robustecimento da economia nacional se dá pela entrada das empresas nacionais em cadeias produtivas de rede mundial. “Sem acompanhar essa tendência, uma economia nacional perpetua a dependência estrutural” (Cervo e Bueno 2011: 547). Desse modo, a autonomia via diversificação era condizente com o projeto inclusivo do PT que entendia a política externa brasileira como, dentre outras coisas, um mecanismo “para operar a adesão brasileira ao capitalismo global em termos minimamente autônomos” (Spektor 2014: 19). Todavia, além do aspecto econômico, também foram enfatizados nessas relações elementos políticos e sociais. “A solidariedade ativa também é importante, com os projetos na área social e da saúde, além da atuação conjunta nos organismos internacionais” (Vizentini 2008: 112).

Do ponto de vista do multilateralismo, além da intenção de construir um mundo multipolar com maior equilíbrio e de promover a integração sul-americana enquanto vetor do desenvolvimento nacional, a política externa de Lula da Silva tentava posicionar o Brasil como mediador de tensões internacionais (Flemes e Saraiva: 2014). A tentativa estava relacionada ao desejo brasileiro por uma participação ativa na elaboração das normas de governança internacional (Mello 2012). Para tanto, era do interesse do Brasil um multilateralismo bem institucionalizado a fim de se reduzir a margem para ações unilaterais das potências e de se ampliar a capacidade de negociação dos países de menores capacidades (Vigevani e Ramanzini Júnior 2011). Assim, a posição brasileira foi a de pleitear reformas nas instituições internacionais já estabelecidas e a de atuar em novos arranjos coletivos (Mello 2012).

Para os arranjos coletivos, o Brasil adotou a tática das coalizões de geometria variável. Essas coalizões significaram a “ampliação do poder dos países participantes, não apenas pela capacidade de veto ampliada (obstrução coletiva) aos regimes desenhados pelos países mais poderosos, mas pela capacidade propositiva e proativa, oferecendo soluções para impasses” (Silva 2015: 178). Assim, a política externa brasileira durante os governos do PT foi marcada por sua fluidez e multidimensionalidade a partir de relacionamentos flexíveis. “A multidimensionalidade ocorre com a atuação em vários planos (bilateral, multilateral e regional) coexistindo por tema, de acordo com os atores e interesses em jogo. As parcerias estratégicas mantidas pelo Brasil são flexíveis tematicamente” (Silva 2015: 145).

Em sua atuação nas instituições tradicionais, o Brasil robusteceu suas críticas às configurações obsoletas desses órgãos. As principais demandas brasileiras foram por maior democracia nas organizações internacionais de modo que estas instituições fossem mais representativas conforme a nova configuração da Ordem Internacional. Essa crítica mais enfática à configuração das instituições internacionais está relacionada à percepção de SI enquanto constrangimento às aspirações desenvolvimentistas do governo — assim como verificou-se no Kirchnerismo —. Embora Fernando Henrique Cardoso já tivesse reconhecido o processo de globalização enquanto fenômeno assimétrico, Lula adota — e Dilma Rousseff continua — discurso mais assertivo em relação à necessidade de reformas da governança internacional para a sua adequação à Ordem Internacional multipolar (Lula da Silva 2003, 2007; Rousseff 2011a, 2011b, 2012, 2013, 2014, 2015a, 2015b).

Ao longo do governo Lula da Silva, o destaque foi para a demanda por reforma na Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Para tal pleito, o Brasil aliou-se à Alemanha, à Índia e ao Japão formando o grupo G-4, que possuía uma proposta de reforma do CSNU no qual estes quatro países adquiririam assento permanente. Já durante o governo Dilma, no contexto pós crise econômica de 2008, as críticas foram centradas na governança econômica mundial, com demanda por reformas no Fundo Monetário Internacional (FMI) e críticas ao Banco Mundial. Nesse quadro, o Brasil buscou fortalecer o G-20 financeiro, grupo de debate sobre a economia internacional, como espaço alternativo às instituições que mantinham configurações desiguais e obsoletas (Silva 2015).

A análise dessa variável possibilitou o reconhecimento da semelhança da concepção do Kirchnerismo e do PT a respeito das relações com parceiros não tradicionais e acerca das instituições multilaterais, mas também evidenciou as diferenças nas ações dos dois países quando da execução de suas políticas externas relativas a esses âmbitos. O Brasil empreendeu ações mais densas no que se refere às relações Sul-Sul e foi liderança mais proeminente no que toca às demandas por reformas e alternativas aos organismos internacionais tradicionais. As medidas argentinas em nome da aproximação aos países do Sul global foram mais limitadas em termos de extensão e profundidade, além de terem perdurado em mesmo nível de intensidade por menos tempo.

Conclusão

A busca de autonomia foi retomada pelos governos dos Kirchner e de Lula da Silva e Dilma Rousseff por considerarem a autonomia um pré-requisito para a execução de seus respectivos projetos de desenvolvimento. Em dissonância às administrações que os antecederam, os governos de ambos os países entendiam que o desenvolvimento nacional dependia da construção de condições permissivas no Sistema Internacional — que estruturalmente desempenhava o papel de constrangimento ao desenvolvimento de Estados periféricos —. Dessa forma, a autonomia foi um objetivo das políticas externas no sentido de obtenção de margem de manobra na arena internacional a fim de que Argentina e Brasil conseguissem mais espaço para a execução dos seus projetos particulares de desenvolvimento

nacional. Considerando isso, o presente trabalho se propôs a verificar as formas como os dois países traduziram essa leitura em política externa.

Sob os governos kirchnerista e petista, Argentina e Brasil revisaram suas posturas em relação aos EUA. O forte alinhamento dos anos 1990 foi substituído por relações maduras que oscilaram — ora mais próximas, ora mais distantes — conforme o grau de convergência entre as agendas internacionais. Esse posicionamento melhor calculado é indicativo das intenções argentinas e brasileiras de redução de vulnerabilidades e dependência.

Para além da postura pragmática na questão bilateral, os dois países intensificaram suas posições de divergência com os EUA no âmbito multilateral. Enquanto a opção da matriz neoliberal de política externa era pela tentativa de subtração de desacordos, o posicionamento na nova fase de busca de autonomia foi a de afirmação dos interesses nacionais de cada país independentemente da aprovação estadunidense. Ainda assim, nenhum dos dois países adotou postura antiestadunidense, mas sim assinalaram os pontos de discordância de forma substantiva, respeitando o que consideravam ser o interesse nacional. Não obstante, a posição brasileira enquanto país de maiores capacidades na região fez com que as relações com os EUA fossem diferenciadas por conta da dinâmica de contenção e engajamento empregada pelos EUA nos casos de países considerados potências regionais (ou em vias de se tornarem). Desse modo, a Argentina gozou de maior fluidez para a contestação aos EUA nos pontos de divergências, enquanto o Brasil, de modo geral, optou por questionamentos menos frontais.

Ambos os países trataram as relações com o espaço regional como prioritárias. Contudo, o significado da região para a estratégia de busca de autonomia de cada país foi diferente. A Argentina via no aprofundamento da cooperação e no avanço do processo de integração regional uma forma de acumular poder a fim de obter maior margem de manobra conjunta. Já o Brasil somava a essa perspectiva a noção de que a região era espaço de afirmação das capacidades brasileiras enquanto ator relevante para as dinâmicas internacionais com o intuito de uma subsequente projeção robusta ampliada ao cenário internacional. Ou seja, a Argentina almejava a concertação regional como um agregado de forças para conseguir uma maior margem de manobra na arena internacional enquanto o Brasil, para além disso, esperava se tornar referência internacional a partir da concertação regional. Essa diferença do papel atribuído à esfera regional é reflexo das respectivas condições para inserção internacional que, no caso do Brasil, o permitiam planejar uma posição internacional mais proeminente em comparação com as perspectivas argentinas.

Argentina e Brasil optaram por reforçar sua atuação global por meio da aproximação a demais países da periferia e da intensificação de posicionamentos críticos em espaços multilaterais. Isso significou a revalorização das relações Sul-Sul e a instrumentalização dos espaços multilaterais para contestações e reivindicações sob a óptica dos interesses nacionais enquanto países em desenvolvimento. Em que pese a retórica enfática do Kirchnerismo e do PT em defesa de uma ampliação de relações com parceiros não tradicionais, o Brasil conseguiu expandir suas relações com o Sul global em maior extensão, intensidade e fôlego do que a Argentina, que teve uma política Sul-Sul mais limitada geograficamente e sustentada majoritariamente pela questão comercial. Situação semelhante pode ser observada no comportamento em espaços multilaterais. Embora o teor das reivindicações argentinas

e brasileiras fossem semelhantes de modo geral, o Brasil conseguiu traduzir suas demandas em iniciativas através do emprego da estratégia de coalizões de geometria variável. Já a Argentina não foi capaz de liderar arranjos novos como os estabelecidos pelo Brasil, limitando-se ao enfrentamento retórico em espaços já tradicionais.

A avaliação dessas variáveis indicou que, conquanto o fundamento das diretrizes da ação internacional dos dois países tenha sido semelhante, as prioridades e o papel atribuído a cada âmbito da política externa foram diferentes, assim como a intensidade da ação em cada um desses âmbitos. Essa dissemelhança nas táticas usadas na busca de autonomia pode ser atribuída às capacidades estatais de cada país. Para além das diferenças na estrutura econômica, a organização do processo decisório faz com que o Brasil mantenha uma tradição histórica de busca de autonomia enquanto a Argentina sofre oscilações de sentido amplo em sua política exterior. Tal característica contribuiu para a maior robustez das ações de busca de autonomia empreendidas pela diplomacia brasileira em comparação com as ações argentinas.

Referências bibliográficas

- Bernal-Meza, Raúl. “Argentina and Brazil in the International Politics: regionalism and Mercosur (strategy, cooperation and factors of tension).” *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 51, no. 2, (2008): 154-178.
- Busso, Anabella. “Los vaivenes de la política exterior argentina re-democratizada (1983-2013): Reflexiones sobre el impacto de los condicionantes internos.” *Estudios internacionales (Santiago)*, vol. 46, no. 177, (2014): 9-33.
- _____. Neoliberal Crisis, Social Demands, and Foreign Policy in Kirchnerist Argentina. *Contexto Internacional*, vol. 38, no. 1, (2016): 95-131.
- Busso, Anabella; Actis, Esteban; Novello, María Rocío. “La Geometría de la Política Exterior Argentina (1989-2015) Fin del diseño triangular e irrupción de um nuevo vértice: las relaciones con Estados Unidos, Brasil y China.” In: BUSSO, Anabella (Org.). *Modelos de desarrollo e inserción internacional: aportes para el análisis de la política exterior argentina desde la redemocratización: 1983-2011, actores y temas de agenda*. Rosario: UNR Editora, 2017. Cap. 1. p. 11-51. (Tomo II).
- Cervo, Amado Luiz. *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.
- _____; Bueno, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora UnB, 4 ed., 2011.
- Dabène, Olivier. “Consistency and Resilience Through Cycles of Repolitization.” In: RIGGIROZZI, Pía; TUSSIE, Diana. *The Rise of Post-Hegemonic Regionalism: The Case of Latin America*. Springer Netherlands, 2012. Cap. 3. p. 41-64.
- Fernández De Kirchner, Cristina. *Discurso de la Presidenta Cristina Fernández de Kirchner en la Asamblea Legislativa*. Buenos Aires. 2007. Disponível em: <<https://www.caserosada.gob.ar/informacion/archivo/16462-blank-35472369>>. Acesso em: 25 out. 2017.

- _____. *Palabras Cristina en la ONU*. Nova York. 2008. Disponível em: <<http://www.casarosada.gob.ar/informacion/discursos>>. Acesso em: 15 abr. 2015.
- _____. *Palabras de la Presidenta de la Nación 64ª Asamblea ONU, Nueva York*. Nova York. 2009. Disponível em: <<http://www.casarosada.gob.ar/informacion/discursos>>. Acesso em: 15 abr. 2015.
- _____. *Discurso de la presidenta Cristina Fernández en la Asamblea General de las Naciones Unidas*. Nova York. 2010. Disponível em: <<http://www.casarosada.gob.ar/informacion/discursos>>. Acesso em: 15 abr. 2015.
- _____. *66ª Asamblea General de la Organización de las Naciones Unidas: Discurso de la Presidenta de la Nación*. Nova York. 2011. Disponível em: <<http://www.casarosada.gob.ar/informacion/discursos>>. Acesso em: 15 abr. 2015.
- _____. *67ª Asamblea General de las Naciones Unidas: Discurso de la Presidenta de la Nación*. Nova York. 2012. Disponível em: <<http://www.casarosada.gob.ar/informacion/discursos>>. Acesso em: 15 abr. 2015.
- _____. *68ª Asamblea General de las Naciones Unidas: Palabras de la Presidenta de la Nación*. Nova York. 2013. Disponível em: <<http://www.casarosada.gob.ar/informacion/discursos>>. Acesso em: 15 abr. 2015.
- _____. *Asamblea General de las Naciones Unidas del 24/09/2014: Palabras de la Presidenta de la Nación*. Nova York. 2014. Disponível em: <<http://www.casarosada.gob.ar/informacion/discursos>>. Acesso em: 15 abr. 2015.
- Flemes, Daniel; Saraiva, Miriam Gomes. “Potências emergentes na ordem de redes: o caso do Brasil.” *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 57, no. 2, (2014).
- Frente Para La Victoria — FPV. *Plataforma Electoral Frente para la Victoria*. 2011. Disponível em: <<https://www.pjn.gov.ar/cne/secelec/document/plataformas/1716-21-PLATAFORMA%20ELECTORAL%20FRENTE%20PARA%20LA%20VICTORIA.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2017.
- Granato, Leonardo; Allende, Rafael Alvariza. “A Política Externa dos Governos Kirchneristas (2003-2011): do modelo próprio ao MERCOSUL.” *Século XXI*, Porto Alegre, vol. 4, no. 2, jul. /dez., (2013): 135-157.
- Hirst, Monica. *As relações Brasil-Estados Unidos desde uma perspectiva multidimensional: evolução contemporânea, complexidades atuais e perspectivas para o século XXI*. 2011. 203 f. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- Hudson, Valerie M.; Vore, Christopher S. Foreign policy analysis yesterday, today, and tomorrow. *Mershon International Studies Review*, vol. 39, no. 2, (1995):209-238.
- Jesus, Diego Santos Vieira de. “The Benign Multipolarity: Brazilian Foreign Policy Under Dilma Rousseff.” *Journal of International Relations and Foreign Policy*, Madison, vol. 2, no. 1, mar. (2014): 19-42.
- Lechini, Gladys. “Argentina y Brasil en la cooperación Sur-Sur.” In: LECHINI, Gladys; KLAGSBRUNN, Victor; GONÇALVES, Williams (Org.). *Argentina e Brasil: Vencendo os preconceitos: As várias arestas de uma concepção estratégica*. Rio de Janeiro: Revan, (2009): 91-113.

- Lijphart, Arend. “Comparative politics and the comparative method.” *American political science review*, vol. 65, no. 3, (1971): 682-693.
- Lula da Silva, Luiz Inácio. *Discurso na Sessão de Posse, no Congresso Nacional*. Brasília. 2003. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/505-discursos_selecionados_lula.pdf.pdf>. Acesso em: 25 out. 2017.
- _____. *Pronunciamento à nação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse*. Brasília. 2007. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/01-01-2007-pronunciamento-a-nacao-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-posse/view>>. Acesso em: 25 out. 2017.
- MELLO, Flávia de Campos. O Multilateralismo na Política Externa Brasileira. *Carta Internacional*, vol. 7, no. 2, (2012): 163-173.
- Miguez, María Cecilia. “La Política Exterior Argentina y su vinculación com los condicionamientos internos em el siglo XXI.” *Relaciones Internacionales (Heredia)*, vol. 89, no. 2, (2016): 125-142.
- Milani, Livia Peres. *Identidade e Cooperação: os governos Kirchner e Lula e a construção de uma identidade coletiva em defesa (2003-2010)*. 2016. 152 f. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “San Tiago Dantas” (Unesp, Unicamp e Puc-SP), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Puc-SP), São Paulo, 2016.
- Morasso, Carla. “La orientación autonomista de la política exterior argentina (2003-2015).” *Cuadernos de Política Exterior Argentina (Nueva Época)*, vol. 123, jan/jun(2016):3-22.
- Paikin, Damián. “La Argentina y el MERCOSUR em tiempos de crisis internacional: Las bases regionales del modelo kirchnerista.” *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, vol. 42, (2012).
- Pecequilo, Cristina Soreanu. “A new Strategic Dialogue: Brazil-US relations in Lula’s presidency (2003-2010).” *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 53, n. SPE, (2010): 132-150.
- _____. “As Relações Bilaterais Brasil-Estados Unidos no Governo Dilma Rousseff, 2011-2014.” *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, (2014): 11.
- Pignatta, María Eva. “Identidad y Política Exterior: Explorando el caso argentino.” In: BUSSO, Anabella (Org.). *Fuerzas Profundas e Identidad: reflexiones em torno a su impacto sobre la política exterior*. Rosario: Editora UNR, (2008): 139-157.
- ROUSSEFF, Dilma. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional*. Brasília. 2011a. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-compromisso-constitucional-perante-o-congresso-nacional>. Acesso em: 25 out. 2017.
- _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião do Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas*. Nova York. 2011b. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/4675-discurso-na-abertura-do-debate-geral-da-66-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-york-eua-21-09-2011>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

- _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião do Debate Geral da 67ª Assembleia Geral das Nações Unidas*. Nova York. 2012. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/4687-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-da-67-assembleia-geral-das-nacoes-unidas>>. Acesso em: 12 jul. 2016.
- _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião do Debate Geral da 68ª Assembleia Geral das Nações Unidas*. Nova York. 2013. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/4684-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-68-assembleia-geral-das-nacoes-unidas>>. Acesso em: 12 jul. 2016.
- _____. *Discurso proferido pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião da abertura do Debate de Alto Nível da 69ª Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU)*. Nova York. 2014. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/5829-discurso-proferido-pela-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-de-alto-nivel-da-69-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-onu-nova-york-24-de-setembro-de-2014>>. Acesso em: 12 jul. 2016.
- _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional*. Brasília. 2015a. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-compromisso-constitucional-perante-o-congresso-nacional-1>>. Acesso em: 25 out. 2017.
- _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião da Abertura da Septuagésima Assembleia Geral das Nações Unidas*. Nova York. 2015b. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/5829-discurso-proferido-pela-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-de-alto-nivel-da-69-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-onu-nova-york-24-de-setembro-de-2014>>. Acesso em: 12 jul. 2016.
- Russell, Roberto; Tokatlian, Juan Gabriel. “De la autonomía antagónica a la autonomía relacional: una mirada teórica desde el Cono Sur.” *Perfiles Latinoamericanos*, vol. 10, no. 21, (2002).
- Saraiva, Miriam; Gomes, Zimmer S. Bom. “Os limites da Política Externa de Dilma Rousseff para a América do Sul.” *Relaciones Internacionales*, La Plata, no. 50, jan. (2016): 81-97.
- SILVA, André Luiz Reis da. “Geometria variável e parcerias estratégicas: a diplomacia multidimensional do governo Lula (2003-2010).” *Contexto Internacional*, vol. 37, no. 1, (2015): 143.
- Simonoff, Alejandro. “Estructura triangular y democracia: la política exterior argentina desde 1983 a 2013.” In: BUSSO, Anabella (Org.). *Modelos de desarrollo e inserción internacional: aportes para el análisis de la política exterior argentina desde la redemocratización: 1983-2011, actores y temas de agenda*. Rosario: UNR Editora, (2017). Cap. 2. p. 52-68. (Tomo II). Disponível em: <<http://rephip.unr.edu.ar/handle/2133/7602>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

- Soares, Samuel Alves; Milani, Livia Peres. “Kirchnerismo e Lulismo na construção de uma identidade em Defesa e Segurança Internacional entre Argentina e Brasil.” *Relaciones Internacionales*, vol. 25, no. 50, jul. (2016).
- Spektor, Matias. “O projeto autonomista na política externa brasileira.” In: Aristides Monteiro Neto. (Org.). *Política Externa, Espaço e Desenvolvimento*. 1a. ed. Brasília: Ipea, vol. 3, (2014): 19-60.
- Vadell, Javier Alberto. “A política internacional, a conjuntura econômica e a Argentina de Néstor Kirchner.” *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 49, no. 1, (2006).
- Vigevani, Tullo; Aragusuku, Juliano. A orientação da política brasileira para as Américas em tempos de vicissitudes domésticas. *Pensamiento Proprio*, (2015) 135-166.
- Vigevani, Tullo; Cepaluni, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. *Contexto Internacional*, vol. 29, no. 2, (2007): 273-335.
- Vigevani, Tullo; Ramanzini Júnior, Haroldo. *A Ideia de Multilateralismo*. (2011). 8º Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://cnd.fgv.br/node/303>>. Acesso em: 29 nov. 2017.
- _____. Autonomia, integração regional e política externa brasileira: Mercosul e Unasul. *Dados-Revista de Ciências Sociais*, vol. 57, no. 2, (2014).
- Vizentini, Paulo Fagundes. *Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*. 3ª edição revisada e ampliada. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.